

CARVALHO, José Maurício. **História da Filosofia Brasileira: balanço e perspectivas**. Londrina, Ed. UEL/Cefil, 1997. 293 p.

*Bento Itamar Borges**

O livro de José Maurício de Carvalho revela resultados de um esforço coletivo não muito recente, que pretende contribuir para com o desenvolvimento de uma filosofia brasileira, tanto ao fundamentar tal projeto, quanto ao fornecer subsídios e informações capazes de congregare e orientar os interessados. A Nota Introdutória, sem data, mas certamente escrita no ano de publicação do livro, 1997, adverte que a obra consolida o que se discutiu nos quatro Encontros de Professores e Pesquisadores da Filosofia Brasileira anteriormente realizados. A obra permite, de fato, uma vasta consulta sobre o que se tem feito recentemente nesse campo - há uma bibliografia que lista a considerável quantia de 796 obras sobre o assunto, inclusive obras em andamento. Nisso, podemos já adiantar, a obra em questão leva vantagem sobre outras bem conhecidas - como a de Antonio Paim, Cruz Costa e Washington Vita - no quesito óbvio da atualização de dados. Esta pode complementar aquelas, sem, contudo, substituí-las; elas têm outros méritos e outros recortes.

As dificuldades que o projeto de uma filosofia brasileira encontra no meio acadêmico são tematizadas já no primeiro parágrafo da Nota Introdutória: “ainda produz críticas ácidas nos meios filosóficos” (p. 11), embora seja uma “idéia nova”. De saída, o autor já argumenta que as críticas devem vir justamente da desconfiança que se devota às novidades. As críticas, segundo o autor, não se restringem ao plano teórico, onde os filósofos costumam resolver suas diferenças. Como a Nota não explica de que natureza seriam as crítica não-teóricas, podemos supor que haja, por exemplo, um boicote das grandes universidades e das grandes editoras,

* Professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Uberlândia.

ocupadas com a transmissão da tradição europeia clássica. Sabe-se que o establishment filosófico de ultramar não só dá as costas para o continente americano, como lança um olhar que sobrevoa a Península Ibérica. Contra tais dificuldades e outras com as quais esses militantes do pensamento nacional terão que se ater, a Nota Introdutória, condensada em uma página, funciona também como manifesto: “Em nome da liberdade do espírito e do amor à verdade devemos continuar tentando”(p.11).

Quem torce o nariz a propostas de filosofias regionais e, em geral, não quer ouvir as justificativas delas, certamente procura liquidar a conversa com um argumento metafísicóide rasteiro: existe filosofia brasileira? Admite-se, no máximo, uma filosofia **no** Brasil; mas **do** Brasil não sairia nada digno do nome que indica o supra sumo da sofisticação do desenvolvimento da razão ocidental. A especulação tupiniquim deu o azar de chegar tarde e parece não conseguir tirar vantagens de sua peculiar circunstância de estar lançada em um Mundo Novo da Vida. Os opositores vão sempre, é claro, reduzir a pretensão local às raízes da cultura ocidental, com o bordão “os mestres europeus já disseram”. Pior, além de repetir o dito, seríamos aqui na colônia dados a misturas e mestiçagens.

Ora, supomos que o leitor desta resenha - potencial leitor do livro - também se pergunte se essa coisa, a Filosofia Brasileira, existe, vamos começar por aí. A filosofia brasileira não existe como fato: “Os diferentes problemas em torno dos quais se formou a chamada filosofia brasileira, mesmo dando-lhe uma certa identidade ou coerência, não configuram uma unidade perfeita. Olhando para trás, pode-se ter até a impressão de uma unidade, mas ela é uma idéia, não um fato” (p. 29). Além de idéia, o projeto é também hipótese. Quando, na frase final da Nota-manifesto Introdutória, o autor reivindica o direito de “continuar tentando”, está inclusive sugerindo aos adversários acadêmicos um tira-teima: se eles pelo menos admitissem a hipótese da existência da filosofia brasileira, seria possível partir para o teste onde vencesse o melhor argumento. Caso perdessem, os nacionalistas poderiam abandonar

definitivamente a hipótese. Temo que não funcionaria, pois muitos estudiosos estão envolvidos no projeto e o encaram como desafio, como aventura, enfim, como uma forte questão vital que, certamente, não se renderia a essa boa vontade popperiana.

A impressão que temos é que, além dessas perspectivas vitais, que entendem a filosofia brasileira como processo cultural circunstanciado e sempre em construção, devemos entendê-la na tensão entre o universal e o regional. O determinismo geográfico-cultural nos liga obrigatoriamente com a Europa através de Portugal. O autor sempre lembra que a filosofia brasileira é um caso ou capítulo dentre as filosofias nacionais, mas vemos no livro que ela não se desliga da filosofia portuguesa. Em algumas passagens, fala-se de “filosofia de língua portuguesa”. Ora, aqui vemos uma grande **fraqueza** desse projeto de filosofia brasileira. Por um lado, porque não considerar então também nossos companheiros **africanos** de colonização? Angolanos e moçambicanos falam português e têm problemas, que são a matéria prima das filosofias circunstancionalistas. Se eles lutaram por sua independência, é de se supor que tenham também refletido sobre princípios liberais e libertários. Ou será que a relação dos africanos com seus colonizadores foi diferente da nossa, bastante conciliatória? Ou será que, no fundo, os brasileiros querem apenas provar que são herdeiros das fontes européias - sem considerar se outros também conseguiram, de tabela, algum progresso na reflexão?

Outro problema da relação entre o geral e o particular é que a fragmentação da filosofia universal (ou ocidental) em filosofias nacionais encoraja, por seu turno, a subdivisão destas em filosofias estaduais, melhor dizendo, provinciais, já que um exemplo no texto é a “filosofia gaúcha”. O caudilhismo típico dos pampas poderia levar até uma filosofia pelotense ou caxiense? Saiba o leitor que não se trata de um mero exemplo isolado de projeto meio esquisito já realizado (p. 89); o livro aponta a pesquisa por estados brasileiros como uma meta do grupo: “inventariar o pensamento filosófico nos diversos estados [ou províncias, no caso da era imperial]” (p.200). Além do Rio Grande do Sul, o estado de Minas

Gerais é outro bem representado na obra, não tanto na direção de uma filosofia “mineira”, mas pela forte presença de campeões do pensamento liberal e espiritualista. Isso pode ser em parte pela experiência do autor, que atua em Minas Gerais e escreveu, por exemplo, uma obra sobre o ex-presidente Tancredo Neves (1994). Por outro lado, entre o universal e o nacional não se vislumbra a possibilidade de uma intermediação; não há no texto nenhuma referência à filosofia latino-americana. Pelo menos como parte do problema seria de se esperar do texto alguma referência. Não seria tampouco difícil buscar na Península Ibérica traços comuns na origem de nosso perfil intelectual na América Latina.

Sobre os filósofos marxistas brasileiros não há nenhuma informação, nem mesmo negativa e nem se dedica espaço a Isebianos, como Álvaro Vieira Pinto. Há uma opção metodológica que, em princípio escaparia da mera questão histórico-geográfica envolvida na definição da filosofia brasileira, enquanto filosofia nacional. Os materiais sobre os quais cairia o foco da pesquisa sobre esse “capítulo” da filosofia ocidental seriam o homem, a ciência e a política. Sobre isso vão dois comentários quanto ao caráter restritivo do livro.

Primeiro, esses grandes temas sofrem uma redução determinada. Por exemplo, o conceito de homem acaba embocando na tradição do personalismo. Ver, por exemplo, o grande espaço dedicado ao pensador católico Urbano Ziles, que “reconsiderou a relevância da pessoa, contra todas as tendências coletivas” (p. 183). Assim também o tema da política acaba se reduzindo a uma vertente liberal do ideário político, como já se ilustrou com a figura de Tancredo Neves. A bem da verdade, há um ponto programático desse grupo que estuda filosofia brasileira que prevê o estudo do pensamento socialista, inclusive o de Marx (p. 216), no capítulo V, sobre Perspectivas. Mas, mesmo aí há uma discutível hipótese de trabalho: “Isto pediria uma revisão do conceito de comunismo como última etapa do desenvolvimento humano e da idéia de revolução européia sugerida por Karl Marx” (p. 216).

Segundo, há que se constatar outra manobra para excluir não só

os marxistas brasileiros, como também o próprio Marx. Ao examinar a obra de Washington Vita sobre a filosofia brasileira, entendemos que, mesmo tentando tratar dos três temas acima - o homem, a ciência e a política - é necessário remontar aos grandes filósofos (europeus), cuja lista é a de sempre na academia: “Platão, Aristóteles (...), Spinoza, Kant, Hegel e alguns outros” (p. 26) O corte brusco é sintomático de uma filosofia no sentido tradicional, ou seja, aquela referida na famosa tese contra Feuerbach como “interpretativa” de um mundo que caberia transformar. E essa interpretação se dá ainda no quadro de uma filosofia do **espírito**, do espírito de um povo, aliás. Vale notar que as duas epígrafes tocam nos conceitos de **cultura** e **povo**, sendo uma frase de Miguel Reale e a outra de Hegel.

Ainda sobre o ausente Marx, notamos, dentro das limitações da leitura que se faz para uma resenha, que merecem destaque na obra autores como Djacir Menezes, que, em um livro de 1959, “condenou a banalização a que foi submetida a dialética hegeliana pelo materialismo marxista” (p. 134). Assim, a moldura daquela que se aceita como a filosofia brasileira fica desenhada por uma filosofia de extração hegeliana, altamente marcada pelo pensamento cristão conservador. E parece que não se escapa completamente daquela praga da idiosincrasia intelectual do brasileiro, a saber, o ecletismo, que permite reunir influências - não muito distantes, afinal - como se vê na seção sobre o heideggeriano Carneiro Leão: “nota-se como a presença da tradição cristã originou toda uma reflexão, que, também nesse aspecto, influiu no diálogo com Heidegger” (p. 144).

Uma ressalva faz-se aqui necessária: nem todas as críticas ensaiadas aqui pelo resenhador se destinam ao autor do livro, na medida em que ele relata diversos autores e também porque por trás dele há um grupo de trabalho coletivo rumo a uma melhor definição da filosofia brasileira em construção. A objeção dirige-se ao projeto como um todo, por seu pano de fundo restritivo a um viés mais conservador do pensamento brasileiro. Não se pode alterar o que um Silvio Romero fez, mas pode-se ampliar as perspectivas de estudo daquilo que se considera

filosofia no Brasil. Será que uma abordagem de “filosofia nacional” conseguiria ir nessa direção? Quais os compromissos com a “nação” nessa abordagem?

Além da discussão do status de uma filosofia brasileira, que é um dos valores da obra, o leitor vai encontrar farto material sobre grandes nomes da intelectualidade brasileira, alguns dos quais extrapolam a filosofia. No capítulo II, “Antecedentes”, encontramos resumos críticos sobre Tobias Barreto, Silvestre Pinheiro Ferreira, Eduardo Ferreira França, Domingos Gonçalves de Magalhães, Antonio Pedro de Figueiredo, Luis Pereira Barreto, Silvio Romero e Farias Brito. O capítulo III comenta pesquisas em andamento e o capítulo IV mostra “resultados assinaláveis” de filósofos contemporâneos e pesquisadores de renome, como Miguel Reale, Antonio Paim, Roque Spencer Maciel de Barros, Leonidas Hegenberg, Gerd Bornheim, Benedito Nunes e muitos outros.

Numa próxima edição, o texto poderia ser melhorado, com uma revisão mais cuidadosa e com índices remissivos que facilitassem a consulta. Seria bom anexar informações também sobre o grupo de trabalho que vem se reunindo e endereço para contato. A propósito, o endereço da Editora UEL é: Campus Universitário / Caixa Postal 6001 / CEP 86051 -990 / Londrina - Paraná, Fone/Fax (043) 371 - 4674.